



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS**

**DECRETO N.º 4072
DE 02 DE JANEIRO DE 2025.**

Certidão
Certifico que a publicidade desde
foi realizada por afixação no
quadro de avisos da Prefeitura
Municipal, conforme determina
a Lei Orgânica do Município.
Em, 03/01/2025

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL, O DISPOSTO §2º DO ART.
95 DA LEI 14.133/2021 PARA INSTITUIR O
CONTRATO VERBAL PARA PEQUENAS COMPRAS
OU O DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO
PAGAMENTO.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS, ESTADO DE
SERGIPE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, bem como em atendimento
ao disposto no art. 1º, inciso I, da Lei 14.133/21, com fulcro no disposto no inciso XXI do art.
37 da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que
estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública
Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos
Municípios;

CONSIDERANDO que compete ao Município definir, em norma própria,
regras materialmente específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei
nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios previstos no
art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de
1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021
menciona que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de
pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles
de valor não superior a R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze
centavos);

D E C R E T A:

Art. 1º. Será considerado válido o contrato verbal com a administração do
Município de Carmópolis/SE, para a realização de pequenas compras ou prestação de serviços
de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 12.545,11 (doze mil
quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos) conforme dispõe o §2º do art. 95 da Lei
Federal 14.133/2021, alterado pelo Decreto Federal nº 12.343 de 30 de Dezembro de 2024.

Parágrafo Único – O valor descrito no caput desse artigo será atualizado
automaticamente, tendo como parâmetro a atualização feita pelo Governo Federal.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS**

Art. 2º. Serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, as despesas que não possam subordinar-se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, dentro do limite estabelecido no Art. 1º, nos seguintes casos:

- I - taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;
- II - taxa de inscrições em cursos, palestras e eventos que tenham como objetivo a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal, de interesse do Poder Público Municipal;
- III - serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves, etc;
- IV - aquisição de certificado digital;
- V - inexistência ou insuficiência eventual do material no almoxarifado ou do serviço, desde que plenamente justificada pelo representante do respectivo setor, e desde que não exista nenhuma ata registrada ou nenhum contrato firmado para o fornecimento do material ou da prestação de serviço;
- VI - despesas decorrentes de manutenção emergencial de veículos;
- VII - outras despesas urgentes ou inadiáveis, desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento licitatório ou dispensa de licitação, precedidas de autorização pelo Ordenador de Despesa.

§1º - As despesas referidas no Art. 2º serão precedidas de empenho nas suas respectivas rubricas orçamentárias.

§2º - Para efeitos deste artigo, entende-se por manutenção emergencial os casos nos quais não será possível continuar o deslocamento sem o conserto do defeito ocorrido em trânsito ou quando se tratar de item de segurança obrigatório do automóvel, danificado em viagem.

§3º - Poderá ser considerada como pequena compra dentro do limite estabelecido no §2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 alterado pelo Decreto Federal nº 12.343 de 30 de Dezembro de 2024, a despesa com combustível, desde que a necessidade de abastecimento em trânsito seja devidamente fundamentada, observadas as determinações que seguem:

I - O veículo oficial deverá sair do Município de Carmópolis com o tanque cheio, abastecido em posto contratado pelo Município;

II - Na prestação de contas, além da nota fiscal do abastecimento ocorrido, deverá ser juntada fotocópia da nota fiscal comprovando o abastecimento inicial conforme inciso I, bem como a rota percorrida pelo veículo abastecido.

Art. 3º. A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses de pequenas compras, podendo a contratação/compra ser feita com um único orçamento, devendo o agente



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS**

requisitante apenas fazer uma verificação prévia se o preço é compatível com o preço de mercado, dispensada a formalização dessa verificação, respondendo o agente que requisitou a compra quando comprovada aquisição por preços excessivos.

§1º. Nos casos de contratações de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, nos termos do artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, será admitida a pesquisa de preços direta, inclusive através de fornecedores habituais da Administração, com sede local ou regional, conforme o caso.

§2º. Para efeito do parágrafo anterior, a solicitação de pesquisa de preço poderá ser formalizada por e-mail ou de forma direta, pessoalmente ou por telefone, pelo agente público responsável.

§3º. O responsável pela verificação prévia, que trata o *caput*, deverá assinar a Requisição em conjunto com a autoridade requisitante.

Art. 4º. As contratações de que tratam esse Decreto não exigem as formalidades da Lei nº 14.133/2021, tais como instauração e instrução de processo, prévia publicação, justificativa de escolha do contratado, exigência de documentos de habilitação, dentre outros, bastando ser operacionalizada via sistema de compras na opção “Compras Diretas”, atendendo à Lei 4.320/64 em relação à Empenho, Liquidação e Pagamento.

Art. 5º. Cumprirá à Administração controlar as situações que efetivamente justificam “pequenas compras”, observância do limite de valor definido e razoabilidade dos gastos respectivos frente aos valores praticados no mercado, além de ser realizada apenas em casos excepcionais.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Carmópolis, Estado de Sergipe, em
02 de janeiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WELBER ANDRADE LEITE
Prefeito Municipal